

Aos dez dias do mês de agosto de 2023, reuniram-se no Plenarinho da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, para a 7ª Reunião Ordinária, os membros do Conselho Municipal de Educação: Aldren da Cruz Singer de Mello, Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosario, Angela Pereira Branco, Carmem Lúcia de O. Rocha, Carolline P. de Araújo Maia, Clície Maria C. Negoseki, Domingas de Fátima C. Amaral, Fabiano Setim, Fabio Braun, Fátima Batistão Machado, Juliana Grebe Ferraz, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de C. Hitner, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marillette Kuhnen, Marinês Gabriela C. Jarek, Maristela do Rocio Dittert, Robson Amâncio, Rodrigo Cardoso Gomes, Rosiani Silva Franchetto, Stela Regina G Wontroba, Tatiane Fátima Kusma, e como convidada: Maria Helena Tetu.

A 7ª (sétima) Reunião Ordinária do Conselho Pleno é iniciada com a Presidente Ana Lucia cumprimentando a todos, na sequência ela apresenta o Conselheiro Fabiano Setim e explica que ele é o suplente da Carmem, representante do Ensino Superior, “foi convidado a Natália para vim, a Maria Helena está aqui, ela vai participar das nossas reuniões enquanto a Izala estiver afastada, convidamos também a Camila da Assistência Social, que é uma indicação que eles substituindo lá no CMDCA. A Presidente Ana Lucia fala sobre a questão das faltas justificadas e injustificadas dizendo que insiste para que façam os encaminhamentos da presença do seguimento, ou se vai faltar, justificar a sua ausência, porque é preciso arquivar, “temos a justificativa da Fabíola Perdigão, um atestado, da Dheborá que justificou por e-mail, a Isabel e a Sonia da APAE justificaram através de ofício, a Barbara fez um encaminhamento depois que tinha confirmado ela enviou outro e-mail dizendo que não poderia, tem mais pessoas faltando e elas na enviaram a justificativa, a gente vai bater sempre nesse ponto porque é por elas que a gente vê as faltas injustificadas, já temos pessoas que serão desligadas por faltas injustificadas, vamos fazer esse encaminhamento, eu esperei essa reunião para poder fazer os encaminhamentos para o segmento e ao próprio Conselheiro, até uma questão que foi colocado de normativa é justamente porque a gente tem problemas em relação a justificativa, vamos encaminhar para vocês por e-mail, orientações de como são essas justificativas e porque que eu preciso justificar, por exemplo: quando é motivo de doença ou licença saúde, mandar a cópia do atestado médico, por motivos de férias a cópia da portaria, caso seja servidor público ou aviso de férias caso seja da iniciativa privada, no caso de consultas, declarações médicas e em caso de outros tipos de licença, a cópia da autorização da instituição, e quando tem reunião, trazer a declaração da reunião, nós precisamos disso porque o Conselho é prioritário, eu levei uma chamada de atenção porque se a pessoa começa a dizer que tem muito serviço então não vou, está errado, isso não justifica também, porque está lá na Lei, é prioridade a presença no Conselho Municipal de Educação, claro que a gente não leva

tão a rigor assim, porque a gente sabe que tem umas demandas aí que é complicado, mas que pelo menos justifique porque a gente precisa e não dá para colocar que não vai poder comparecer, isso não é justificativa, é informação, então a gente vai orientando e explicando que isso não é justificativa, aí quando o Conselheiro é desligado, diz foi você que me tirou do Conselho, você queria me tirar do Conselho, e eu não quero tirar ninguém, estamos só cumprindo a Lei e o regimento.” A Presidente Ana Lucia informa sobre a carta de renúncia da Conselheira Queila, a mesma colocou que o CMEI está mudando, vai ficar maior e ela é única no atendimento, não tem Diretora auxiliar, está fazendo mestrado, e quer se ausentar o menos possível do CMEI, então não vai poder mais comparecer e fez a opção de atender a Escola, por causa dos afastamentos que precisa fazer. “Vamos ter que abrir um Processo Eleitoral de Diretores, a Marilza passa a ser a titular, e temos que fazer um Processo Eleitoral para o suplente, ela até me disse que conversou com o Diretor Túlio e disse a ele que ele seria o próximo da lista, mas aquele processo eleitoral era para aquele mandato, agora precisa fazer um novo processo para a escolha desse novo Diretor porque é mandato novo, lembrando que nós fizemos uma votação e eu trouxe a proposição de que pudesse utilizar o mesmo para não ter que fazer um novo processo, mas aí foi uma chamada né Luiz, de que aquele processo que estava sendo feito estava lá escrito que era daquele mandato, então a gente acabou votando só para aquele mandato, então a gente vai ter que fazer outro Processo Eleitoral para a escolha de Diretores dentro do Conselho.” A Presidente Ana Lucia passa para a pauta sobre a recomposição das Câmaras, e informa ao Fabiano Setim que colocou ele no Ensino Superior, e o Secretário Geral do Conselho também para fechar os cinco membros. Na Câmara do Ensino Fundamental foi incluída a Conselheira Rosiani, na Câmara de Educação Infantil a Conselheira Bárbara, e a Maria Helena entra como convidada, pois a Câmara de Educação Infantil está tendo bastante demanda de solicitações de meio período e sempre alegam questões sobre alimentação, na Câmara de Planejamento e Normas foi feito o acréscimo dos Conselheiros: Anderson, Marilza e Madalena, ficando com 14 pessoas. A Presidente Ana Lucia coloca que não é obrigado a entrar na Câmara, mas que ela pode solicitar a entrada, e coloca para a Aldren que seria importante, conforme foi conversado na Câmara de Educação Infantil, que ela participasse dessa Câmara por todas as questões que surgem e que ainda irão surgir, ou participar como convidada. A Presidente Ana Lucia pergunta “quem mais gostaria de entrar em alguma Câmara?” A Conselheira Maristela coloca que a Câmara de Ensino Fundamental tem bastante, mas que gostaria de participar. A Presidente Ana Lucia responde que não tem problema. Na Sequencia informa que foi encaminhado para o Sindicato uma solicitação de indicação, pois como a Conselheira Mônica saiu, precisa fazer uma nova eleição da representação para suplente da Maristela, foi colocado um prazo até 31 de julho, mas o sindicato solicitou prorrogação para o Conselho de 30 dias para que eles tenham tempo hábil de fazer assembléia, divulgação, porque eles também estão com dificuldade de

representação dos Conselheiros, tiveram bastante no FUNDEB e agora na Educação, “a Samia me falou que ela está tendo dificuldade com as representações.” Na sequência é feita a leitura do ofício nº 202/2023 – SINSEP, o qual solicita a dilação do prazo por mais 30 dias. A Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário ao pedido, ninguém se manifesta contra ou se abstém. Na sequência a próxima pauta é sobre a aprovação da Ata, após perguntado, todos os conselheiros aprovam, exceto a Conselheira Angela que se abstém. A Próxima pauta é sobre os atos normativos referentes ao Conselho, a Ana Lucia diz que acabou falando já no início da reunião sobre essas questões, e que precisa cumprir a legislação, “então quem não pode participar tem que cuidar do prazo, às vezes tem um compromisso urgente que surgiu, encaminhe para nós, porque a gente sabe e acaba entendendo.” A Presidente Ana Lucia passa para a próxima que é sobre a Educação Integral e informa que trouxe esse tema porque precisa marcar a reunião de Câmara, e conta que participou em Brasília no dia 31 de julho, do lançamento da Lei que institui o Programa Escola em Tempo Integral o qual os Municípios devem fazer adesão se acharem que devem porque não é obrigatório, vai ter todo um acompanhamento e investimento para os Municípios, depois vai ser encaminhado o caderno que foi recebido para o Município ter o conhecimento, “até gostaria de colocar para a próxima semana o encaminhamento para a Câmara sobre Educação Integral que nós passamos o documento, mas chegou um monte de regime de urgência que a gente precisa fazer, então eu vou deixar aqui de lado para a gente pensar nessa data e vou passar os outros, nós recebemos um documento cinco para o meio dia e um que chegou agora, foram 3 documentos que chegaram e a gente não conseguiu nem escanear para colocar para vocês.” O Próximo é sobre a Sala Especializada, um documento que veio da Secretaria, a Presidente Ana Lucia faz a leitura do ofício nº 1331/2023 – SEMED o qual solicita aprovação dos critérios e orientações para o funcionamento da Sala Especializada do Departamento de Inclusão e Educação Especial, e informa que também irá para Estudos na Câmara de Ensino Fundamental e Especial e que irá solicitar a legislação específica. A Conselheira Clície pede para a Presidente Ana Lucia ser mais clara, porque ela não entendeu. A Presidente coloca que vai solicitar através de ofício para a Secretaria a Legislação Específica da Sala Especializada, “se tem do Estado, se tem Nacional, porque são documentos oficiais e a gente precisa das normativas, assim como recebemos da Educação Integral, da Educação Infantil também, então a gente tem feito dessa forma.” A Próxima pauta é sobre o processo das crianças da Educação Infantil então solicita que a Presidente da Câmara de Educação Infantil, Marilza, coloque o que foi decidido na Câmara, teve o processo de uma criança do CMEI Ivone Nester, o qual já foi lido no Conselho mas ainda não tínhamos a resposta da família, chegou outra solicitação de uma criança do CMEI Santo Antônio, criança de 1 ano, solicitando meio período, a do Ivone Nester é uma criança do Infantil III que estava solicitando um afastamento por 90 dias a partir da data do atestado do médico e a do Santo Antonio está solicitando somente no período

do inverno. A Presidente da Câmara, Marilza coloca que o Conselho está recebendo muita solicitação das crianças da Educação Infantil para meio período e uma boa parte vem com a justificativa de que a criança não se alimenta na Unidade, “isto também tem nos preocupado, mas a gente tem pedido toda a documentação e encaminhamentos e quando a gente solicita, começam a vim pedidos médicos, são crianças que tem alguns atendimentos e essa criança do Ivone Nester tem problemas de saúde, está em investigação e pede o afastamento por 90 dias.” A Conselheira Marilza faz a leitura da resposta do CMEI o qual consta a frequência, atendimentos e pedido médico, e coloca que a Câmara de Educação Infantil não tem se oposto ao pedido das famílias, porque é um direito das famílias e da criança e principalmente em relação à alimentação, a seletividade alimentar existe, as famílias mudaram muito essa concepção alimentar, e quando as crianças chegam ao CMEI e tem aquele cardápio todo organizadinho, por vezes a criança não conhece, como polenta, canjiquinha, mas por outro lado a Divisão de alimentação tem feito os atendimentos de alimentação Especial para as crianças, principalmente os autistas, mas mesmo assim tem crianças que não se alimentam, somando isso com os dias frios, as crianças estão ficando mais doentes, a gente sente no CMEI a quantidade de atestados e ausências das crianças, isso deu um salto, então quando a família solicita, justifica e tem o pedido médico principalmente, a gente tem feito análise na Câmara de Educação Infantil e a gente tem concordado com essas liberações.” A Conselheira Marilza informa que o pedido para o CMEI Ivone Nester, o médico pediu 90 dias e a solicitação médica é do dia 24/05/23, já está terminando o período, é um caso de que se a família quiser terá que apresentar outro pedido médico, a princípio será liberado por 90 dias e já está terminando. A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que “como foi solicitado 90 dias, foi discutido que nesse período então seja justificado as faltas dessa criança, o conselho aceita, tendo o atestado médico não tem como dar falta se ela está freqüentando o meio período, mas se precisar de mais, vai ter que submeter novamente ao Conselho, estamos seguindo aí um atestado médico, então a gente não questiona atestado médico, por isso que se colocamos favoráveis.” A Conselheira Stela pede para que seja colocado novamente o documento do médico, e comenta que não é um atestado, é uma solicitação e que foi discutido em outro momento que a questão do meio período é uma demanda da criança autista, por causa das terapias, mas chama atenção ele ficar meio período mas não faz nada. A Conselheira Marilza coloca que a criança não comia absolutamente nada no CMEI. A Conselheira Stela coloca que não adianta nada só afastar ela da Escola por 90 dias. A Presidente Ana Lucia diz que é colocado todas as orientações no documento. A Conselheira Marilza coloca que “é orientado a fazer a introdução alimentar, orienta procurar os atendimentos, a gente tem outro documento que depois é falado que ela faz outro atendimento também, desta solicitação, até que veio toda a documentação, já apareceu que a criança faz um atendimento.” A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que tem um

acompanhamento da própria Unidade e da Secretaria de Educação, “a gente tem colocado que esse repasse das famílias, seja acompanhado pela Secretaria da Educação, para eles não ficarem pensando que é só pedir para o Conselho. A Conselheira Stela coloca que é uma demanda da criança autista e terá que ser assistida. A Conselheira Clície pergunta se “a criança tem laudo fechado?” a Conselheira Marilza responde que não, está em investigação. A Conselheira Clície pergunta se a criança faz acompanhamento com nutricionista? A Presidente Ana Lucia responde que não foi colocado, somente com o neurologista. A Conselheira Clície coloca que seria interessante colocar essa orientação no documento, para que ela tivesse um acompanhamento com o nutricionista devido à seletividade alimentar. A Presidente Ana Lucia coloca que o documento é de 24 de maio, mas chegou em julho antes do recesso, foi feito a solicitação para a Diretora, mas ela não conseguiu responder a tempo para apresentar na reunião e por isso que já está vencendo o prazo, então fica difícil colocar negado, porque o prazo já está se findando e a criança tem um monte de faltas, por isso pensamos que nesse caso não tem como negar, porque já está terminando os 90 dias, só a gente vai ser mais rigoroso se caso a mãe solicitar o pedido.” O Conselheiro Anderson pergunta se este caso é o qual a criança faz fono a tarde. A Conselheira Marilza responde que não, esse seria um outro caso. A Presidente Ana Lucia pergunta se “há alguém contrário a esse pedido? Podemos aprovar a solicitação da família por esse período de 90 dias?” A Conselheira Clície se abstém e os demais conselheiros presentes aprovam a solicitação. O Próximo pedido é do CMEI Santo Antônio, de uma aluna que passou por internação devido a bronquiolite e asma, e a mãe solicita para que a criança fique meio período durante a tarde, e foi identificado que a criança tem duas saídas no período da tarde, freqüentaria somente 3 dias o CMEI, tem o pedido médico, faz uso de bombinhas, medicação para asma, e a solicitação é só no período do inverno. A Conselheira Rosiani pergunta se está pedindo dispensa a tarde? A Conselheira Marilza coloca que a dispensa é para a parte da manhã mas ela faz atendimento 2x por semana a tarde, na sequência faz a leitura do pedido médico e comenta que será feito a recomendação para que esses atendimentos sejam na parte da manhã para que ela possa freqüentar todas as tardes, “esses são os pedidos que tem aparecido para nós, e todos tem solicitação médica, essa solicitação é de freqüência até o dia 22/09. A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que o pedido médico é para o período do inverno, que oficialmente termina em 22/09, “a princípio a gente coloca o período oficial, mas se a família precisar de mais vai ter que fazer outra solicitação.” O Conselheiro Anderson pergunta se é o caso que foi mandado as falta e teve internamento por pneumonia e depois um período de atestado, e após isso já teve faltas. A Conselheira Marilza confirma que sim, e complementa dizendo que as medicações para asma é bem difícil de controlar no CMEI. A Presidente Ana Lucia coloca que esse é um caso de saúde mesmo, apresentado pela médica. A Conselheira Clície pergunta “quais os atendimentos que a criança faz à tarde?” A Conselheira

Marilza responde que a criança faz fono para reabilitação respiratória. A Conselheira Stela pergunta qual a idade da criança. A Conselheira Marilza responde: “1 ano, é do Infantil I.” A convidada Maria Helena pede que para quando for autorizado para que a criança não vá mais em algum período, em alguns dias, seja solicitado para o CMEI avisar a Divisão de Merenda, porque aí pode ser cancelada a alimentação. A Presidente Ana Lucia responde que tudo isso vai no documento, e por isso que é colocado o acompanhamento Junto com a Secretaria de Educação, é importante por que senão eles acham que é só pedir que o Conselho libera, mas é para mostrar o compromisso e a própria Unidade tem que informar a equipe de alimentação e a documentação escolar também. A Presidente Ana Lucia pergunta se “há alguém contrário a esse Parecer, somente no período de inverno? Há alguma abstenção?” Todos os Conselheiros aprovam o pedido. A Conselheira Marilza coloca que uma das situações que foi conversado na Câmara de Educação Infantil é a possibilidade de fazer algumas visitas, que gostariam de fazer em todos os CMEIs, mas talvez não consigam, porque estão iniciando a fase de Estudos da Resolução, para fazer as definições, precisa formalizar algumas coisas, a legislação da Educação Integral, e tem algumas coisas que por ser de 2015, precisa repensar, mudança no currículo, “e uma das coisas que a gente conversou foi fazer essas visitas, a gente não sabe ainda se vai fazer por amostragem, por região, a gente vai fazer um roteiro do que observar nessas visitas para a gente trazer mais informações, agora a gente tem aquela pesquisa feita com as Unidades sobre a quantidade de profissionais, dos turnos, dos horários de funcionamento, isso a gente já tem, e agora essas visitas seriam para compor mais algumas informações, pensando na observação, então fica o convite, se tiver mais alguém interessado em fazer parte dessa comissão para fazer as visitas nessas Unidades, até definir algumas Unidades para a gente fazer e trazer esse material também, a gente está conversando, não fechamos o roteiro ainda, porque pensamos nisso essa semana na reunião, vamos fazer um roteirinho e pensar também no que a gente vai observar, por que é importante quando a gente for observar alguns pontos, porque é muita coisa, então tem que ter um foco, a idéia é que gente observe estrutura, organização, algumas coisas para a gente trazer para discussão da Câmara, para a gente fazer essa modificação da resolução, então se alguém tiver sugestões a gente aceita também.” A Presidente Ana Lucia segue para o próximo item da pauta que é sobre o Ministério Público e coloca que no dia da reunião do dia 06 de Julho, chegou as 17h30 por e-mail um documento do Ministério Público, solicitando ações referente a vacinação, colocando que havia sido feito questionamentos para a Secretaria de Educação e ao CMDCA e estava pedindo para que o Conselho de Educação tomasse providências porque não tinha recebido essas ações ainda e solicitando também que o Conselho enviasse ações referente ao trabalho com os professores, “é um documento grande, isso foi enviado para São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, a data do documento é 13/06 e nós recebemos dia 06/07, nós fizemos um encaminhamento solicitando o porquê que veio só naquele momento para o Conselho

Municipal de Educação, mas a gente não obtivemos resposta, nós fizemos esse pedido também para o conhecimento da Secretária, fizemos a solicitação das ações para que a gente pudesse então trazer isso para o Conselho e nós enquanto colegiado, apresentasse as ações também e auxiliar nessas orientações que seriam dadas as Unidades, fizemos o encaminhamento ao CMDCA e a Secretaria, nós tínhamos que responder até sexta feira, nós não recebemos da Secretaria, recebemos somente do CMDCA depois de dois documentos, fizemos também ligação telefônicas solicitando esses encaminhamentos, o CMDCA fez esse encaminhamento do dia 25 de julho, nós colocamos o prazo na última sexta feira de julho, para que pudéssemos receber e com tempo chamar uma extraordinária, nós recebemos somente do CMDCA.” Em seguida a Presidente Ana Lucia faz a leitura do ofício nº 125/2023 – CMDCA/SJP disponibilizado em tela, e coloca que foi encaminhado essas ações para o Ministério Público e da Secretaria foi recebido na data de hoje, faltando cinco para o meio dia, e já tinha sido respondido, “foi feito o encaminhamento para o Ministério Público e colocando que a gente não tinha recebido as ações ainda da Secretaria e fizemos somente do CMDCA, mas que a gente iria trazer na reunião no dia 10, mas nós teríamos ações do próprio Conselho e que também faríamos o encaminhamento que chegasse depois das discussões dos Conselheiros e que nós pudéssemos apresentar o que foi encaminhado também, eu até conversei com a Cris, porque ela disse que participou de uma reunião, e ela passou algumas ações para a gente, a Clície também participou, mas a gente precisava disso oficialmente, porque eu não podia colocar no papel a informação que me deram de boca, então agora nós vamos responder, eu coloquei algumas sugestões, a gente coloca a nossa e encaminha a resposta para a Secretaria de Educação também, porque isso a gente já faz, já encaminha, nós nem colocamos o prazo, só disso que: assim que recebêssemos, nós já encaminharíamos imediatamente as informações necessárias e que os órgão responsáveis estariam analisando e participando dessas ações. A Presidente Ana Lucia faz a leitura do relatório informativo que chegou, e coloca que esse foi o documento do NUDCAI, que foi encaminhado para o Conselho através do ofício do Secretário, a data foi colocada 31/07, aqui está colocado 07/08, mas chegou somente hoje. “Essas foram as ações, dentre elas eu penso que a ação em que se coloca a retomada da aplicação de vacina nas Escolas é importantíssimas, mas os CMEIs também, porque tem famílias que acabam nem levando para tomar vacina, as vezes pela distância, as vezes porque quer fazer as coisas em casa e não está nem aí, tem a questão daqueles que não acreditam na vacina, isso é muito sério.” O Conselheiro Fábio diz que percebe que hoje umas das maiores causas de não estar vacinando é a questão do horário, porque muitos postos atendem só até as 3 horas da tarde, e muitos pais não tem condições de levar e antigamente nos finais de semana tinham campanhas, e infelizmente nossos governantes deixaram cair isso e hoje não fazem mais, por isso que está caindo muito a vacinação, está faltando que nossos órgão públicos retornem isso. A Conselheira Clície coloca

que os postos têm cronograma, e às vezes a família tem condições de ir numa sexta feira, mas aí na sexta não aplica aquela determinada vacina. O Conselheiro Luiz coloca que não entendeu o cronograma. O Conselheiro Fábio coloca que é para não ter sobra de vacina. O Conselheiro Luiz coloca que não entendeu o cronograma que veio, veio só as respostas. A Presidente Ana Lucia coloca que não veio nenhum cronograma, veio só as ações. A Conselheira Clície responde para o Luiz que “vai para a Escola um ofício com todas as orientações que a Secretaria de Saúde nos passou, eles não tem cronograma, é as Unidades básicas de Saúde que vai entrar em contato com as Unidades Educacionais, sejam CMEIs, ou escolas, nos seus territórios, e eles tem uma tabela de vacina, e eles vão analisar as carteirinhas das crianças, vão ver quais as vacinas estão em atraso, ou que as famílias deixaram de aplicar e mandarão uma orientação para as famílias do cronograma de vacinação nas Unidades Clássicas de Saúde, nos CMEIs, no Ensino Fundamental eles vão recolher as carteirinhas, a autorização das famílias, e depois eles vão agendar nas Escolas a vacinação. O Conselheiro Luiz confirma: “Então o Ministério Público perguntou quais foram as ações que nós estamos fazendo, e ele respondeu quais são as ações e o cronograma é depois.” A Presidente Ana Lucia diz: “Não Luiz, você não entendeu, a Clície falou que tem um cronograma que é assim, segunda e quarta é tal vacina, terça e quinta é tal vacina, ela estava colocando que essa é uma dificuldade com as famílias.” O Conselheiro Luiz disse que entendeu isso, só não entendeu que “o Ministério Público fez um questionamento para nós Conselho, e também tem um documento lá da Secretaria dizendo que alguém iria ficar responsável em coordenar essas ações, e a resposta que a Secretaria entrega é que essas ações já foram respondidas, é isso” A Presidente Ana Lucia coloca que está sendo respondida pelo NUDCAI. O Conselheiro Luiz confirma: “então o documento que o Ministério Público cobrou, já veio a resposta, com essas ações.” A Presidente Ana Lucia confirma. A Conselheira Rosiani coloca que é uma conversa intersetorial, pelo que entendeu saúde e educação está tendo essa conversa. A Presidente Ana Lucia coloca que sim, pelo que foi colocado, Saúde e Educação, “eu acrescentaria Assistência Social junto, porque é importante ela fazer parte.” A Conselheira Clície coloca que: “da nossa parte, ficou de passarmos para as Escolas as orientações, ofício que a Secretária de Saúde mandou, convocando as famílias para essa sensibilização da vacinação, não tem uma data marcada, as Unidades básicas de saúde que entrarão em contato com as Escolas, CMEIs, para que se faça essa análise das carteirinhas, e recolha a autorização das famílias, o Ensino Fundamental e Especial, vem a autorização das famílias pela faixa etária, é só a partir dos nove anos.” O Conselheiro Luiz coloca: “Então essas são as ações que deveriam estar escritas no ofício, está né?” A Presidente Ana Lucia responde: “Algumas sim.” O Conselheiro Luiz diz: “então a SEMED respondeu, então o NUDCAI está fazendo o que tem que fazer, “porque ele que está responsável, porque a gente recebeu um ofício assim.” A Conselheira Marillette diz que foi para o Fundamental, Especial e

para o Infantil também. A Presidente Ana Lucia coloca que é uma ação conjunta, e não só para um setor, até Porque o NUDCAI não está tão próximo das Escolas como o Fundamental, a Educação Especial, o Infantil, eles estão muito mais próximos, e sempre com os Diretores, seria importante que essa ação, fosse uma ação conjunta, “o Ministério Público está pedindo que a Educação se envolva junto com a Saúde, mas a gente também não pode contar somente com um setor.” A Conselheira Clície coloca que a ação é conjunta, a falta de informação foi da saúde, não foi da Educação, “nós tivemos uma reunião com a epidemiologia no dia primeiro de junho, e eles mandaram os anexos na terça-feira, a Educação sim, fez uma ata, fez reunião, fez todo um planejamento e a saúde não mandou a documentação, eles foram mandar um ofício, por sinal, muito mal explicado, ficou com a Cris a manhã inteira refazendo o ofício para mandar para as Unidades para que as Diretoras também pudessem entender o que a saúde realmente queria, para a gente poder encaminhar a documentação.” A Presidente Ana Lucia pergunta qual foi a data da reunião. A Conselheira Clície coloca que foi no dia 06 de junho, foi feita antes do Ministério Público acionar, foi uma reunião dos três Departamentos com a epidemiologia. A Conselheira Marilza coloca que eles já orientaram as Unidades de saúde, porque a Unidade entrou em contato com o CMEI, pedindo que a gente solicitasse as carteirinhas que eles passariam fazendo a análise, “e eu perguntei se já tinha uma data, tem alguma divisão, alguma orientação para que a gente possa orientar os pais sobre isso? não tem!” A Conselheira Clície coloca que a data vai partir de cada unidade, “cada Unidade irá fazer o seu tencionamento.” A Presidente Ana Lucia coloca que “essas ações em relação a vacinação, proposta pela Secretaria e que foi apresentado para nós, eu trouxe mais ver com vocês para que a gente possa acrescentar, uma delas é ações nos bairros, uma delas até quando tem aquelas ações nos bairros é possível colocar que a saúde também esteja lá disponível e que as Escolas divulguem que irá ter ações no Bairro, seria interessante que a saúde estivesse lá não só para colocar o que ela faz, e sim já colocar lá uma equipe para vacinação, porque são ações que estão acontecendo, e vai acontecer, acho que teve só uma ação no bairro.” O Conselheiro Rodrigo coloca que teve e que a saúde estava lá com vacina. A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que até tinha conversado de que poderia fazer isso com as Escolas e CMEIs o atendimento, “por exemplo, na primeira semana do mês de setembro nós vamos atendê-los no bairro do Afonso Pena, e aí dentro das Escolas, ter uma equipe de vacinação para poder atender essas famílias, porque tem famílias que realmente não conseguem sair durante a semana, para quem trabalha no setor privado é muito difícil. Foi colocado também a carteirinha de saúde que seria verificado com a saúde, mas tem outra forma, eu lembro que alguns anos atrás, por causa da matrícula, solicitaram que a Educação fizesse a fiscalização das vacinas para poder fazer as matrículas, a gente nem tem profissional para isso.” A Conselheira Marilza coloca que é pedido na matrícula, o certificado de que as vacinas estão em dia, o posto de saúde dá a declaração de vacina em dia, “eu tive a situação

de uma criança que estava com 14 vacinas atrasadas, e a declaração de vacina dela estava dentro do período de validade.” A Conselheira Clicie coloca que descobriu porque eles irão pedir as carteirinhas, “nós até questionamos, mas não tem o sistema de vacinas? Se tem o sistema, subentende que todas as vacinas das crianças estão, mas não estão! Algumas Unidades cadastram e outras não, nem o próprio sistema da vacinação é fidedigno, eles dão a declaração por dar.” A Conselheira Marilza coloca que o que chamou a atenção é que eles pediram para mandar bilhete para a Família, porque a criança estava com 14 vacinas atrasadas e o certificado era recente. O Conselheiro Rodrigo faz a colocação de que um sábado por mês as Unidades de saúde estão abrindo das 07h até as 18h, isso é publicado uns dias antes de iniciar o próximo mês, no site da Prefeitura. O Conselheiro Robson sugere que no documento do Ministério Público, “porque há uma dificuldade no sistema de saúde por falta de profissionais e o volume que a Unidade tem de habitantes, talvez a gente teria que ser mais transparente, porque a Educação não tem como cuidar de toda essa estrutura, se não tem o suporte do outro lado, porque fazer um documento dizendo que está tudo bem, aí ela não tem como cobrar da gestão, na questão da vacinação a Educação tem que estar junto, mas é uma responsabilidade da Secretaria da Saúde, porque como é que os professores irão cuidar das carteirinhas, das vacinas e orientar os pais que chegam lá, se não tem profissionais para atender, e os postos de saúde, a gente tem frequentado e estão sobrecarregados, até para emergência daqueles casos mais graves.” A Conselheira Clicie coloca que, se caso a Presidente Ana queira os prazos que foram combinados com a saúde, ela tem em ata. O Conselheiro Robson continua a sua colocação dizendo que “os postos de saúde hoje virou um grande hospital, porque eles atendem desde a prevenção até o estado mais grave dos pacientes.” A Conselheira Maristela coloca a sua preocupação dizendo; “que isso não vire mais uma demanda na Educação, porque eu anotei que as ações são: ações digitais, no caso as mídias digitais, propagandas, material enviado para as Escolas, trabalhar isso com as Escolas, isso me preocupou, e aplicação nas Escolas com autorização, tudo bem, isso é um dia, dois dias e não envolve o pedagógico, mas essas ações e material? Nós já temos vários projetos dentro das Escolas, temos o projeto ambiental, temos o agrinho, temos o MPT, nós como Educação, estamos olhando a criança de maneira integral, tudo bem orientar os pais sobre a importância da vacinação, publicar e divulgar o que a saúde está fazendo, é uma coisa, mas o nosso envolvimento tem que ser com cuidado para que não vire mais uma demanda, que isso não vire um projeto vacinação, porque a gente está com um espaço bem limitado para projetos, para que cada um tenha qualidade, não estou vendo isso como mais uma entrada, que não vire só a minha defesa enquanto educação, mais um projeto para nós, porque nós não temos mais espaço, temos o projeto MPT, temos agrinho, educa juntos, temos diversos, estou falando do Fundamental, sei que a Educação Infantil tem os seus, orientação, mandar material pronto na agenda, temos pela cidade outdoors, não só as mídias sociais, pois nem

todos os pais tem acesso, beleza, ações, a escola divulgar e abrir espaço, mas vamos nos resguardar aqui enquanto Conselho Municipal de Educação, para que não seja um projeto.” A Conselheira Rosiani coloca que a SEMED tem essa preocupação, “tanto que colocou no ofício que já contempla o Referencial Curricular em seus objetos de conhecimento e objetivos esse assunto, criar vacinação, a imunização, e acredito que ainda vai além do referencial .” A Conselheira Maristela coloca que está colocado como articulador da educação ambiental, e tem o projeto, como também está lá a questão da saúde da criança, uma coisa é auxiliar, outra coisa é virar projeto, porque realmente está como um conteúdo articulador. O Conselheiro Anderson diz “que a preocupação em si, é pensar que 14 vacinas atrasadas não se tornem algo de cobrança da Educação, se a criança está com atraso na vacinação, é porque a Educação não passou a informação, acho que é isso que eu entendi que todos estão tentando falar de uma maneira.” A Conselheira Stela coloca que a Escola subentende que se passou, e eu enquanto gestora de Escola que se passou na Unidade de saúde tem a declaração, você vai entender que ok, está tudo em dia, porque já foi o tempo em que a Escola tinha que cobrar a fotocópia da carteira de vacinação, mas não tinha função nenhuma, porque todo mundo é leigo na Escola, só era visto e guardado na pasta do aluno, e agora é declaração porque vem a declaração pronta, é um documento que a gente não analisa, só arquiva, porque parte do pressuposto que está com a declaração correta, e comenta que reparou que quando os pais trazem uma parte impressa do formulário que não consta a Declaração, é porque o programa vacinal não está completo, então no final do documento tem que estar completo, declaramos que o programa vacinal está completo. E pergunta se em São José, toda a vacinação que acontece na Unidade de saúde, vai para o SUS?” O Conselheiro Luiz responde que teoricamente sim, “quando eu busquei essa informação para o meu filho, na unidade, sim, eles colocam naquele documento escrito declaração atualizada de vacina e também colocam no sisteminha do SUS, só que quando não vem a declaração atrás na última folha, ela não está atualizada e não é válida.” O Conselheiro Luiz pede para fazer outra colocação e diz: “pelo que eu entendi o Ministério Público fez um questionamento para o Conselho, o mesmo questionamento fez para a Secretaria, que designou um setor específico e pelo que eu entendi e que foi lido, não tem cronograma, não tem nada, porque não foi isso que o Ministério Público pediu, ele pediu quais foram as ações, e eu entendo que sim, a resposta veio com as ações ditas que eram para ser feitas, agora como que vai ser cronograma disso e daquilo é outra coisa, me corrijam se eu estiver errado.” A Presidente Ana Lucia responde, sim, mas ninguém falou disso. O Conselheiro Luiz coloca que “essa discussão sobre cronograma, se vai fazer assim, vai fazer assado, acho desnecessário, é uma opinião minha, pode discordar ou concordar.” A Presidente Ana Lucia diz que não é questão de opinião, é o entendimento, não foi colocado dessa forma, “eu não senti dessa forma dos conselheiros, que eles estivessem cobrando como vai fazer, a Maristela só colocou o cuidado para não ser mais alguma coisa para a Educação, a Rosiani

também colocou, a Stela teve dúvidas, e o Fábio colocou só as questões de porque acontece, por causa do contato que ele tem.” O Conselheiro Luiz coloca que pela fala, parece que a Educação é quem não está fazendo, e não é papel da Educação fazer, é da saúde.” A Presidente Ana Lucia responde que sim, por isso que a gente vai alertar e eu fiz as anotações, para a gente poder agora, junto com as ações do conselho colocar também, então uma delas já vem e a outra aqui é cobrado para que o Conselho apresente a proposta junto aos profissionais, porque ela quer essa formação, então trazer palestras para o Profissional de educação, de acordo com a etapa e faixa etária, isso não que dizer que vá pegar um dia de permanência para fazer só com a Educação Especial, eu penso que dá para fazer sim, a saúde é responsável por trazer esses palestrantes e fazer o convite aos profissionais e necessariamente não precisa ser no horário de trabalho, pode ser a noite, e já foi respondido que está no referencial a importância da vacinação e esse trabalho é feito nas Escolas e CMEIs, claro que nós vamos responder, mas eu gostaria de colocar que a Assistência Social também tem que ter esse compromisso, não é só a Saúde e a Educação, e a Educação está envolvida em tudo, mas esse é um compromisso muito mais da Secretaria de Saúde, pode –se fazer um pacto por exemplo entre Assistência, Saúde, Educação, para que essa questão da vacinação se diminua, porque a preocupação é que tem mais pessoas e mais crianças sem vacinas e as doenças estão voltando e a gente sabe que tem também a questão religiosa, e essa orientação nas questões religiosas é por meio da Escola, isso a gente não tem como não colocar, só que assim, quem é o responsável, já tem isso direcionado e não vai mudar, a gente pode fazer com as crianças um trabalho e explicar, mas quem é o responsável.” A Conselheira Maristela coloca que a pouco chegou na Unidade um forms para responder sobre as ações que tem sido feitas na saúde na Escola, entrou a questão da vacinação, “eu acho que eles estão começando a trilhar e buscar essa aproximação com as Unidades, nós estamos com as portas abertas para receber, mas nós não podemos também fazer o trabalho por vocês, nessa questão religiosa, talvez hoje seja até mais política do que religiosa, porque nas nossas unidades nós temos negacionistas muito mais do que religiosos, por isso eu entendo quando você fala para a Assistência Social estar em conjunto.” A Conselheira Clície coloca que o forms recebido é um Programa do Governo Federal Saúde na Escola, eles precisam levantar dados de que está realmente acontecendo. A Presidente Ana Lucia diz que então já pode responder, “já temos as ações da Secretaria para colocar também, podemos acrescentar porque ela está cobrando ação do Conselho em relação aos profissionais, acredito que sim, pode ter a palestra e a responsabilidade é da saúde, para ter esses palestrantes indicados, mas feito o convite para que os profissionais de Educação participem, claro que se eles quiserem conversar entre Secretários sem problemas, se tiver que fazer no período de uma permanência dos profissionais, chama, faz convite, como algumas ações que chama-se um grupo, uma pessoa de cada unidade, e esse irão passar para todos, irão ser multiplicadores das ações, então não

teria problema em relação a isso vou colocar a questão das reuniões, as informações que a Clicie passou e que a SEMED só recebeu as ações no dia 08/08, e a pareceria que não é só da Saúde e da Educação, mas que a Assistência Social esteja junto também.” A Conselheira Maristela pergunta: “Seria uma palestra da Saúde com os profissionais da Educação? Não uma palestra com a comunidade?” A Presidente Ana Lucia responde que está sendo cobrado do Conselho sobre os profissionais da Educação. O Conselheiro Fábio complementa dizendo que muitas pessoas acreditam o que vê nas redes sociais e não pesquisa, “o pessoal da Educação teria que orientar essas crianças a não acreditar muito no que vê no facebook, instagram e pesquisar antes de compartilhar, esse trabalho seria ideal dentro das escolas, porque se uma criança chega para o pai, é mais fácil do que uma palestra falando com adulto, pra mim as crianças que educam os pais.” A Presidente Ana Lucia coloca que pode ser feito sim, palestras para conscientizar as famílias, e que isso seria papel da saúde. A Presidente Ana Lucia dá seqüência a pauta e coloca que foi recebido um documento da 3ª promotoria de justiça da Comarca da região metropolitana de Curitiba, questionando a Secretaria e a SEMED fez o encaminhamento para o Conselho, é sobre uma denúncia para o Conselho Municipal de Educação, foi perguntado à Secretaria por ofício se a denúncia seria a um conselheiro específico, ou ao conselho todo, mas não houve resposta. Em seguida o ofício nº1295/2023 – SEMED é compartilhado em tela e lido, nele consta que foi decretado sigilo de tramitação e solicita esclarecimento aos questionamentos: 1) o tempo de mandato da atual presidente é superior a 4 anos (2 anos de mandato e uma recondução?); 2) motivos que impedem o envio de documentação antes das reuniões para análise prévio dos conselheiros; 3) as reuniões do CME estão abertas ao público? Em caso afirmativo, é possível a participação de pessoas interessadas?; 4) os conselheiros podem divulgar informações/dados sobre as reuniões do CME?; 5) dentre os conselheiros, alguém se prevalece de sua posição e tem condutas que denotam abuso de autoridade?. A Presidente Ana Lucia coloca que a pergunta 1 foi respondida pela PGM, foi encaminhado esse processo de eleição, na qual ninguém se candidatou, “eu lancei o meu nome, foi questionado se eu poderia ou não e pediram um documento por escrito, nós fizemos esse encaminhamento para a PGM e recebemos um Parecer da PGM dizendo que sim, porque funciona exatamente como a Câmara de vereadores.” Sobre a pergunta 2 a Presidente Ana Lucia responde que foi votado dentro do Conselho que não seria enviado, mas que ficaria a disposição no Conselho, caso alguém quisesse. Na pergunta 3, “as reuniões são abertas ao público e inclusive colocadas em diário oficial, e já recebemos pessoas que participaram da reunião do Conselho, entre elas o Castanho, nas reuniões on line a gente pede as informações antes porque as reuniões são gravadas e feitas em uma plataforma, quando era a do Bom Jesus, a Stela pedia e hoje são pela UNCME, a gente precisa ter a lista das pessoas que irão participar dessa reunião, precisa disso para passar essa informação, mas nunca foi negada a participação de nenhuma pessoa,

quem estava interessado, participou.” Na pergunta 4, depende, o que sai da reunião que já foi decidido, não há problema nenhum, mas dentro das Câmaras quando se está estudando os documentos e saem falas, “como já aconteceu falas de Conselheiros, a gente nem decidiu as coisas e saiu dizendo que o Conselho já tinha deliberado, por exemplo, que era a favor da redução da metragem das salas, ainda estávamos começando os estudos e saiu desse jeito, na Câmara isso é decidido pelos próprios Conselheiros, não foi uma decisão de Ana Lucia, Presidente, inclusive a questão da documentação, enquanto organizadora da reunião, está no Regimento que é o Presidente que organiza como vai ser as reuniões, mas eu trouxe aqui para você e a gente decidiu juntos, não foi autoritário.” Sobre a pergunta 5, depende, tem algumas observações de coisas que chegam como denúncia, “a gente não pode colocar porque tem sigilo, tem conselheiros que se sentem as vezes ameaçados, não por mim, porque é muito difícil a pessoa se colocar e isso foi, já teve falas, de que não se pode colocar o posicionamento, porque senão quando sai daqui vão ficar falando, fulano fez isso, fulano falou assim, a gente já teve alguns problemas em relação a gravação da reunião sem autorização, as reuniões que a gente tem aqui são gravadas para fazer a ata, nunca em nenhum momento nós pegamos essa gravação e falamos, “vem cá fulano, ele falou assim”, nunca, jamais, e nem é permitido uma coisa dessa, nem eu ouço a gravação, as meninas que fazem as atas fechadas na sala e fazem a transcrição para não atrapalhar o que está se escrevendo, as pessoas podem sim vim às reuniões, a gente não nega, a gente pede que informe antes para a gente saber e poder informar principalmente quando a reunião é on line, porque tem que ter a previsão e dar o acesso á essas pessoas, a plataforma que nós usamos para a gravação é da UNCME, não é do Conselho, e precisa deixar registrado todas as pessoas que estão participando, a gente empresta para a Secretaria do Estado fazer as reuniões, fazem reuniões do Educa Juntos, do Fórum Estadual de Educação, todas elas além de permitir a gente precisa solicitar quem vai participar das reuniões e ficar registrado.” A Presidente Ana Lucia coloca que é possível responder aos questionamentos, mas não teve acesso aos documentos, “foi pedido a cópia desse documento, foi colocado que tem sigilo mas os advogados da UNCME, quando eu fiz o questionamento eles colocaram que nesse processo, não tem sigilo, ele vai ter que aparecer e aparecer quem fez, segundo, o Conselho tem lei, é um órgão próprio de funcionamento, a única coisa que ele dependa da Secretaria de Educação, é do financeiro, esse documento tinha que ter vindo para o Conselho, a Secretaria responder ao Ministério Público para encaminhar para o Conselho de Educação, porque além de ter a Lei de sistemas, somos dois órgão que estamos no mesmo patamar, e pela hierarquia da Prefeitura, no quadro hierárquico, é a Prefeita, os Conselhos, e abaixo as Secretarias, é dessa forma que está o organograma da Prefeitura de 2010, por isso que a Prefeita coloca que o respeito aos Conselhos ela em que ter, porque são eles os próximos, e pede-se todo cuidado das Secretarias aos seus Conselhos, a gente não age dessa forma, temos muito respeito em relação à isso, mas

é um órgão independente, quem é advogado sabe que se nós temos Lei, então deveria vim essa denúncia para o Conselho e não para a Secretaria, foi encaminhado errado, porque nós somos o órgão fiscalizador da Secretaria, não a Secretaria do Conselho, portanto ela não poderia nem responder, mas a gente vai responder e encaminhar para a Secretaria de Educação, temos que vencer os prazos, vamos aguardar para ver se vem, porque a Secretaria encaminhou um documento dizendo que solicitou a dilação do prazo e a cópia dos documentos para apresentar ao conselho, não tendo a gente vai responder, mas vamos encaminhar a cópia tanto para a Secretaria, para o Ministério Público e também para a PGM, pro a Procuradoria Geral do Município que deveria acompanhar qualquer denúncia e processo que entra á qualquer órgão municipal, vamos fazer isso, porque foi essa orientação que a gente recebeu.” A Presidente Ana Lucia coloca que “Quando a gente pensa que tem algo que está vencido, já tem a resposta, já foi, a gente parece que está voltando ao zero, sempre pensando, não foi eu quem decidiu que os documentos não seriam compartilhados, eu trouxe para cá e foi votado, inclusive o Fábio fez uma colocação de que ele era contra porque tinha sido divulgado e envolveu todos os Conselheiros, aqui com essa denúncia, somos todos nós que estamos envolvidos, porque é uma ação para o colegiado, foi solicitado, mas é uma ação do colegiado, teve a decisão e a escolha, que foram feitas por um colegiado e não por uma pessoa só.” Em seguida é feita a leitura do ofício nº 1332/2023 – SEMED, onde está informado que será solicitado a 3ª promotoria a dilação do prazo e também o fornecimento do processo na íntegra. O Conselheiro Luiz registra que enquanto Conselheiro e enquanto pessoa isso o preocupa porque um Conselho é um órgão colegiado, isso significa que não tomamos ações individualizadas, e quando vem uma denúncia para uma pessoa ou para todo o Conselho, todos nós temos que responder, “então me preocupa de não saber o conteúdo de toda essa situação e me preocupa saber qual a resposta a gente vai dar para isso, porque quando é colocado um órgão como o Ministério Público numa situação a qual a gente não sabe ainda, não se sabe o teor dessa situação, todos nós respondemos juntos juridicamente, porque o meu CPF saiu em uma Portaria que eu estou no Conselho, eu falo isso com um pouco de temor, não é que eu deva alguma coisa para o Ministério Público, mas me preocupa com relação ao que a gente não sabe que está sendo falado, eu só peço de verdade uma diligência em relação a esse assunto, nós enquanto Conselho não estamos individualizados, todas as decisões desde que estou aqui, vai fazer 3 anos, sempre vi o Conselho trabalhando em conjunto em prol de algumas situações, até porque a gente já decidiu uma vez uma situação na Câmara e chegou no Conselho Pleno e mudou completamente o que tinha sido decidido na Câmara, porque isso é um colegiado e acho que a gente precisa ter muita seriedade nessa situação, é necessário sim colocar como colegiado porque a gente não pode responder simplesmente uma situação que veio para a Secretaria que talvez nem devesse ter ido, talvez o Ministério Público também precisa ser acionado por ter descumprido a lei e mandar diretamente pra lá e não pra cá, mas

que a gente possa colocar isso como uma diligência séria, é tão séria a ponto de que vocês também estão envolvidos, será que essa denúncia é referente a minha pessoa? Eu fico me perguntando e voltando há 3 anos atrás, será que eu fui grosso? Autoritário? então é preocupante, quando eu coloco algo do colegiado eu preciso repensar bem, porque a gente vai responder com as 20 entidades que aqui estão.” A Presidente Ana Lucia coloca que tantos os advogados da UNCME que são 4, ficaram bem alertas e falaram que pode pedir porque o Conselho tem todo direito de ter esse processo, e se estão falando de ações mais fechadas do Conselho, é porque saiu de dentro do Conselho, pode ter certeza, não necessariamente foi um Conselho que foi lá e fez a denúncia, mas foi alguma pessoa com respaldo de Conselheiros, “então a gente coloca para vocês, se tem problemas, podem trazer aqui para nós, todas as ações a gente traz aqui para ser ditas entre os Conselheiros, não jamais fora dos Conselheiros, tanto é que tinha que entregar até hoje, e a gente está correndo o risco e trazendo aqui para o Conselho.” O Conselheiro Fábio diz que referente a gravação, sempre é falado que não pode gravar as reuniões do Conselho, “isso foi votado entre os Conselheiros na época, quando deu a confusão, eu estava no Conselho e nessa reunião e vazou uma fala de dentro do Conselho, foi para a mídia e deu maior confusão, aí a gente fez uma votação e foi decidido que não seria mais permitido gravação dentro das reuniões do Conselho, isso foi votado entre todos os Conselhos na época, foram 30 pessoas que votaram a favor e isso está em ata, deu maior confusão, isso quase gerou processo por causa de uma fala de uma pessoa que vazou e estava ainda em análise sobre o processo, e quase virou uma grave gerou um monte de coisa sem necessidade.” A Conselheira Aldren pergunta se esse questionamento vai ser respondido para a Educação? A Presidente Ana Lucia responde que é a Educação que está pedindo. A Conselheira Aldren diz que “não, tem que responder para o Ministério Público, esse questionamento deveria ter vindo direto para o Conselho e o Conselho responder diretamente para o Ministério Público, não entendi porque a Secretaria de Educação mandou esse ofício.” A Presidente Ana Lucia coloca que tanto os advogados da UNCME e sua irmã que é advogada disseram que está errado, a Secretaria tem que encaminhar para o Ministério Público dizendo: “encaminhe-se ao órgão que está sendo denunciado, que no caso é o Conselho.” A Conselheira Stela coloca que então o Conselho terá que responder dessa forma, porque deixar sem resposta não pode, terá que responder esse ofício solicitando que seja encaminhado ao Ministério Público e que quando vir do Ministério Público a gente dá uma resposta. A Presidente Ana Lucia coloca que só trouxe para reunião porque as decisões são do colegiado. Seguindo a pauta a Presidente Ana Lucia coloca que há dois Regimentos para aprovação que já foi feita a análise, o da Escola Madre Paulina o qual a Conselheira Clície colocou na última reunião e o da Escola São Francisco de Assis e pergunta ao Conselheiro Rodrigo porque em nenhum momento foi colocado que a Escola não havia entregue. O Conselheiro Rodrigo coloca que a gestora pediu um prazo maior, devido as demandas de

bastante trabalho, então a Divisão acabou estendendo o prazo até essa reunião devido a todas as demandas, “entra o que a gente conversou na reunião sobre as eleições de Diretores, lá é uma pessoa única lá.” A Presidente Ana Lucia diz que vai colocar as situações que vem do São Francisco, porque elas estão chegando todas atrasadas, não é a primeira. Em seguida pergunta se pode aprovar os Regimentos que já passaram pela Divisão de Estrutura e pelo Conselho, o que tinha que arrumar foi devolvido e arrumado, “podemos aprovar esses Regimentos? Alguém contrário? alguma abstenção?” a Conselheira Maristela pergunta se os conselheiros tem acesso a esse regimento e se foi enviado. A Presidente Ana Lucia responde que não vai para todos porque são 110 regimentos é feito a análise, mas nada impede caso queira vim e olhar algum regimento não tem problema, “é sempre colocado na pauta quais são e se você tem interesse em vim verificar não tem problema.” A Presidente Ana Lucia passa para o próximo assunto sobre o Encontro Estadual da UNCME, “trouxemos alguns nomes para o encontro de Guarapuava são 7 pessoas e de Nova Petrópolis são 11, o de nova Petrópolis eu vou chamar para o sorteio as pessoas interessadas ou fazer no Pleno para não dar problema, sempre dentro do Conselho a gente privilegia quem não foi, a Marilza e a Madalena já foram, então ficaria o Luiz, Aldren, Rosiani e a Bárbara para este encontro, eu irei porque como sou Coordenadora Estadual da UNCME eles acabam pagando as minhas questões, eu até falei que iria de ônibus, mas dependendo do número pode ser de carro, eu preciso fazer esse encaminhamento para a Secretaria de Educação para ver qual a disponibilidade de quantas pessoas Secretaria vai poder pagar, mas nada impede de fazer as suas inscrições, esse é o Encontro Estadual Nova Petrópolis é lá no final do ano, sempre colocando que quem já foi no Encontro, a gente vai privilegiar quem não foi, se tiver um número grande a gente faz um sorteio.” A Conselheira Angela pergunta se vai ter custo. A Presidente Ana Lucia responde que vai ter transporte, alimentação e hotel. A Conselheira Angela pergunta quando que vai ser. A Presidente Ana Lucia responde que nos dias 30 e 31 de agosto, mas que amanhã já deve estar indo para a Secretaria. A Conselheira Angela coloca que talvez tenha que fazer ajuste no orçamento é por Decreto e às vezes demora. A Presidente Ana Lucia coloca que no máximo até amanhã já será feito o encaminhamento, já tem os nomes, mas precisava passar pelo Conselho e que talvez seja mais fácil ir de carro porque é pertinho e tem gente que dirige, o Luiz por exemplo, que está pedindo para ir. A Conselheira Angela coloca que neste caso seria mais certo o motorista ir, porque estaria indo como Conselho e se acontece alguma coisa o motorista que é o responsável. A Presidente Ana Lucia concorda e diz que amanhã cedo já será feito. A Próxima pauta é sobre as correspondências, a Presidente Ana Lucia Informa sobre algumas coisas importantes que saíram no Diário Oficial, mudança no edital do concurso para professor, a Undime está estudando a questão de ter o serviço de psicologia em todos os municípios, porque já tem uma Lei Nacional, está sendo verificado pelo Ministério da Educação como isso vai chegar para as Escolas, foz do Iguaçu já tem a Lei

Municipal, Curitiba já tem também. A Conselheira Maristela pergunta se seria nas Escolas? A Presidente Ana Lucia confirma que sim, mas que é lógico que os Municípios não irão colocar um em cada Escola, “por enquanto começa com aquele serviço colocando, por exemplo, 10 profissionais na Secretaria e se divide quais Unidades que vai se fazer o atendimento .” A próxima correspondência é do meio ambiente , que solicita que o Conselho faça a divulgação para as Escolas Particulares sobre o curso do meio ambiente que irá ocorrer no dia 18 de agosto na oficina da música, a próxima veio para apreciação e aprovação, a alteração do Parecer Descritivo da Escola Madre Paulina com as orientações, as etapas que tem que ter, está bem claro quais são as áreas de interesses, tratando da comunicação, o nível de habilidades básicas e acadêmicas, principais adaptações, adaptações por componente curricular. A Conselheira Clicie coloca que o Parecer antigo trabalhava por área de conhecimento, “era muito parecido com o do Ensino Fundamental, como nós tivemos algumas implementações na Madre Paulina até de métodos de trabalho este ano, então nós achamos melhor trabalhar não só no em foco as áreas de conhecimento, mas também trazer as áreas do desenvolvimento é uma avaliação num contexto mais complexo.” A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que está de acordo com o funcionamento do Madre Paulina e com as necessidades dos estudantes. A Conselheira Clicie diz que pensando na inclusão da escola especializada para o ensino regular, quanto mais informações no contexto de desenvolvimento, comportamento, habilidades sociais e conhecimento, é melhor para a escola poder montar o plano de trabalho individual.” A Presidente Ana Lucia pergunta se “tem alguém contrário a aprovação desse Parecer? Alguma abstenção?” ninguém se manifesta, o Parecer é aprovado. A Presidente Ana Lucia coloca que o Conselho também recebeu um documento para responder que veio da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno com um link de questionário para responder ao Tribunal de Contas, o prazo era impreterivelmente até o dia 28 de julho, foi encaminhado para o FUNDEB também respondido e encaminhado para o Coordenadoria, as perguntas eram: quem é ou está respondendo o Presidente do Conselho, o vice presidente, como é o funcionamento do Conselho, a lei do Conselho, se tinham as reuniões e como eram feitas as publicações do Conselho colocando o link. “Essas ações desse questionário veio de uma reunião que a UNCME teve com o TCE/PR, porque ainda tem em torno de 12 municípios que ainda não tem Conselho Municipal de Educação, e tem Município que tem Conselho mas o Conselho não funciona, não tem reunião do Pleno, o nosso Conselho tem todas as informações, foi passado o link, o FUNDEB também fez esse encaminhamento para que seja feito o acompanhamento dos Conselhos da Educação, não veio para a Alimentação, veio só para o FUNDEB e para a Educação.” A Próxima correspondência é a resposta da Secretaria sobre o horário de funcionamento do CMEI Borda Viva, foi feito o questionamento devido ao pedido de redução de horário feito pelo CMEI João de Barro Preto o qual foi negado pela Secretaria, o ofício nº 1124/2023 é colocado em tela e lido. A

Presidente Ana Lucia comenta que o CMEI Borda Viva só funciona o Pré I e Pré II, mas ele não é o único, por isso que chegou o questionamento de porque os outros não podem mudar para esse horário também. A Conselheira Clicie diz que esse ano não abriu o Infantil lá, mas que no ano passado tinha e para o ano que vem pode haver a possibilidade de ter Infantil. A Presidente Ana Lucia coloca que está de acordo, e que o questionamento foi feito porque existem mais 4 Unidades que atendem igual o Borda Viva mas que cumprem 8 horas, “mas pela pesquisa que a gente fez, até o Borda Viva tem crianças que ficam depois do horário.” Na sequência a próxima correspondência recebida é o ofício nº 1334/2023 – SEMED, o qual solicita um Parecer do Conselho sobre o Plano de Recomposição de Aprendizagem, a Presidente Ana Lucia coloca que esse documento irá para a Câmara de Ensino Fundamental/Especial e que a Diretora do Departamento de Ensino Fundamental solicitou em caráter de urgência, então irá antes dos Estudos da Educação Integral, para poder fazer a análise e devolver e que provavelmente a reunião da Câmara será na próxima semana. A próxima correspondência é um ofício do Conselho Municipal de saúde, convidando para um evento alusivo aos 32 anos do Conselho Municipal de Saúde de São José dos Pinhais, será no dia 24 de agosto as 18h na Câmara Municipal. A Presidente Ana Lucia Rodrigues informa que irá chamar a Câmara de Educação Infantil para a elaboração da deliberação sobre o calendário de 2024, a mesma terá uma reunião no final do mês com o Educa juntos, para discutir como que fica o calendário do Estado do Paraná, “cada Município pode elaborar o seu mas tem que pensar quando que começa, quando fica o recesso de julho e o final por causa do transporte dos estudantes, esse é o principal problema que nós temos.” A Presidente Ana Lucia coloca que foi feita a Deliberação e publicada, sobre os Diretores, atualizando porque havia muitos dados dizendo que era para aquele ano, “foi feita a alteração e eu vou passar para vocês e depois a gente vai colocar como que é feito na Lei, aonde foi alterado é riscado e colocado como está em funcionamento o novo artigo, vamos passar isso para vocês até o final da próxima semana para que vocês tenham esse conhecimento.” A Presidente Ana Lucia informa que irá acontecer o Fórum das entidades do SJProspera o qual vai apresentar as ações que são feitas dentro do Município e que depois irá encaminhar ao grupo, “foi recebido também do GRPCOM que ele tem duas perguntas para informar a Secretaria de Educação: 1- Inclusão tem sido um desafio para os seus professores? 2- Sua rede e seus professores querem ter reconhecimento e visibilidade? e coloca também as inscrições para os próximos cursos da GRPCOM, vamos fazer esse encaminhamento para a Secretaria de Educação para que ela possa responder a GRPCOM sobre essas ações.” As duas últimas correspondências foram recebidas próximo ao meio dia, o ofício nº 1359/2023 –SEMED que comunica que em agosto encerram-se os mandatos dos Conselhos Escolares, CMEIs e Especial, e que as Unidades já estão passando pelo processo de eleição para a gestão agosto/2023 – agosto/2025. A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que teve alteração na Lei dos Conselhos

Escolares a qual foi colocado o Diretor como membro nato, mas não obrigatoriamente sendo o Presidente.” O outro ofício recebido é o nº 1358/2023 - SEMED, o qual encaminha uma Minuta propositiva da Divisão de Estrutura e Funcionamento de Ensino, para a Deliberação sobre os Centros de Recreação Infantil. A Presidente Ana Lucia coloca que esse estudo sobre os Centros de Recreação Infantil é de 2021, agora que se concluiu e veio para o Conselho para que seja feita uma Deliberação específicas dos Centros, “porque hoje há problemas com os Centros de recreação, tem alguns que se colocam como escola, os centros antes na ficavam com ninguém, aí teve denúncia e questionamento da Secretaria na época do Professor Imar, e ele pediu para que fosse feito uma adequação na Lei, nas deliberações incluindo, fomos atrás verificar e tem Estados que colocam que é responsabilidade da Secretaria de Educação os Centros de Recreação e a maioria dos Estados tem os Centros porque a Lei LDBEN coloca que Escolas, CMEIs e todo atendimento que é feito pela Educação Infantil, esse documento vai para a Câmara de Educação Infantil para poder fazer os Estudos, talvez tenha que chamar a Câmara de Normas junto.” A Presidente Ana Lucia coloca que a Escola Mamãe com açúcar que é uma Escola particular está com um problema sério, a situação é irregular, atrasada, a secretaria já encaminhou vários documentos, a vigilância sanitária esteve lá, “o Rodrigo pediu para que eu fosse junto, eu fui à Escola, fiquei bastante preocupada também, eles tinham um prazo para entregar a documentação até sexta feira para a Secretaria de Educação e hoje tivemos uma reunião com a proprietária, uma das proprietárias, ela não se coloca como proprietária no documento, mas ela é mãe da proprietária, ela fez um relato de como estava a unidade e eu perguntei a ela: você colocaria seu filho em uma Escola onde não tem tampa de vaso? Eu não, eu nem vou em banheiro que não tenha tampa de vaso, imagine colocar seu filho em uma escola que não tem tampa de vaso, isso é muito complicado, a estrutura se fosse para funcionar tudo limpinho e organizado estaria muito bom, a não ser a cozinha, ela veio com a desculpa de que iria fechar a cozinha e iria terceirizar o lanche, eu disse que ela teria que mesmo assim arrumar a cozinha, porque a terceirizada não atende se não tiver a cozinha que eles querem, ligaram na sexta feira no Conselho pedindo para que fosse ampliado o prazo da documentação, estava faltando 3 certidões, porque quando fiz a visita eu falei que enquanto Presidente do Conselho se não chegasse o documento até sexta feira, na segunda feira eu fecharia a escola, porque a vigilância já veio e já deu essa orientação, foi solicitado ao Conselho por telefone que estendesse o prazo, eu disse não, você entrega o que você tem e o que estiver faltando a Divisão de Estrutura vai ver um prazo e você entrega depois, mas você vai entregar e cumprir o que está sendo pedido pela Secretaria Municipal de Educação, senão o procedimento vai ser o mesmo, eu segunda feira estou lá para fechar, mas no final da tarde ela entregou toda a documentação, só ficou faltando certidão ainda.” O Conselheiro Rodrigo complementa que “são vários documentos, procuração declaração de visita, tem chamado para conversar, porque é muito complicado fechar uma unidade, é complicado colocar as crianças

dentro das nossas unidades e lá são 40 crianças, não por isso, o Secretário já falou que se precisar vai dar-se um jeito e fazer o correto, mas a gente tenta de todas as formas conciliar, ajudar, orientar, e lá chegou no final realmente da reta, já tinha conversado com o Secretário, aí hoje a Dona esteve lá na Secretaria para uma conversa e foi uma conversa bem tensa, eu fui bem direto, ela foi com uma advogada, nós mostramos fotos, e no final ela falou que muita coisa ela desconhecia, ela dizia que não sabia, mas agora ela já está com todo o retorno do processo para retornar novamente para nós.” A Presidente Ana Lucia coloca que inclusive ela fala que faz parte do Programa Compra de vagas, “ela colocou não sei para quem que tinha convênio com a Prefeitura, é uma situação bem complicada mesmo.” A Presidente Ana Lucia passa para a última pauta que é sobre a eleição do Vice Presidente e coloca que precisa ter a eleição pois, a Miliana saiu e ela era a Vice Presidente do Conselho, a Raquel tinha sido a segunda votada mas também saiu do Conselho, então precisa fazer um novo processo de eleição, então pergunta quem tem interesse na Vice Presidência do Conselho, somente a Conselheira Angela e o Conselheiro Rodrigo manifestaram interesse na Vice Presidência. A Conselheira Caroline diz que tem uma pergunta: “Gostaria que você explicasse para mim, a situação do Rodrigo aqui no Conselho, porque eu fico sempre me perguntando, porque ele está em uma situação hoje que não faz mais parte do Conselho do FUNDEB, e a Louise era suplente dele que se desligou, então eu queria entender antes dele se colocar como possível candidato, porque senão a gente acaba votando, os conselheiros votam depois ele volta, gera toda uma questão de decreto, de morosidade, vocês sabem como é, porque a permanência dele, e se o Conselho do FUNDEB hoje reconhece isso, ele como representante, porque no meu entendimento como ex conselheira do FUNDEB o representante do conselho do FUNDEB dentro do CME é eleito pelos seus pares, eu era desse conselho e sai por uma questão de lei, eu não entendo até hoje nunca pude perguntar e já que ele falou e isso é um ato sério, uma vice presidência, gostaria que você explicasse para nós qual é a função do vice presidente dentro, principalmente nas situações onde você tem que se afastar, porque a gente sabe hoje da sua demanda como presidente do Conselho, então essas duas situações, eu nem vou levantar aqui o Conselho do FUNDEB, porque eu entendo que tem conselheiros aqui que estão como representantes do CME hoje, não que não possam falar, se sentirem vontade, não quero colocar essa situação como algo pessoal, é uma dúvida minha e eu prefiro mil vezes em vez de ficar falando, perguntar entre os conselheiros hoje aqui como funciona, porque no meu entendimento ele não é o representante entre os pares, que seria a gestão atual, 2023-2026 do FUNDEB, da qual ele não faz mais parte, então eu queria entender antes dele se colocar, até para que não haja confrontos depois, porque conseqüentemente vai ir para a PGM, a gente pode abrir, o FUNDEB pode abrir um pedido de análise e isso vai causar um transtorno para o Conselho Municipal de Educação e para nós Conselheiros, então eu queria entender essa situação e você como Presidente esclarecer essa questão da lei.” A Presidente Ana Lucia

coloca que sem problemas, mas antes a conselheira Queila gostaria de fazer uma fala. A Conselheira Queila diz que precisa voltar para a Unidade dela que veio participar dessa última reunião como conselheira, “quero que vocês se sintam abraçados, acho que a Ana Lucia já colocou a minha nota, por questões pessoais, mestrado, estudos, enfim as coisas começam a pesar e a gente tem que ir pelas prioridades, então eu gostaria de agradecer muito por ter conhecido todos vocês, por ter feito parte desse conselho, na época entrei como suplente da Carolline, depois a Carolline saiu, eu entrei como titular e agora eu estou passando a titularidade para a Marilza, não sei como vai ocorrer agora, se chama o próximo ou vai ter nova eleição, mas fica aqui o meu carinho, o meu abraço e meu agradecimento por todos esse anos, desde 2018, aqui eu aprendi muita coisa, pude expressar a minha opinião como chã de CMEI, professora do Município, e só agradeço, obrigada Ana, obrigada aos Conselheiros, e sintam todos abraçados, como a Educação é tudo muito cíclico então não posso dizer que futuramente não vou estar aqui de novo.” A Conselheira Queila se despede e deixa a sala de reuniões. A Presidente Ana Lucia responde a Conselheira Carolline dizendo que foi bastante questionada quando foi feita a solicitação para o Secretário, no qual tinha sim um combinado e que o mandato é do Conselheiro, “o mandato é do Conselheiro mesmo, foi para isso que a gente fez a lei, mas a gente tinha um combinado com a secretaria, se ela não quis mais, a gente não questiona e fica dessa forma, mesmo não representando a pessoa pode continuar? Pode, porque ela foi eleita para esse mandato por 4 anos.” A Conselheira Carolline diz que quando ela entrou no mandato no segmento de Diretora, foi orientada a se desligar porque eu não era mais Diretora da unidade, então não representava mais os Diretores, dentro da Lei de criação e do Regimento construído no Fórum Municipal de Educação é claro que o representante do conselho do FUNDEB vai ser eleito entre os seus pares, “a minha pergunta é: ele foi eleito pelos seus pares?” A Presidente Ana Lucia responde que ele foi eleito antes de entrar no mandato, “eu vou te responder por uma coisa, se você for atrás de outros conselhos, como o Conselho Estadual de Educação, a resposta que eu tive ao perguntar sobre isso, é que o mandato é da pessoa.” A Conselheira Carolline diz: “então a Louise era uma menina que eu acompanhei porque eu era desse Conselho do FUNDEB, que não queria ter saído e para ela não foi dado..” A Presidente Ana Lucia coloca que a Louise não saiu por isso, ela saiu porque ela não tinha mais presença, ela saiu porque ela tinha várias faltas, já tinha vencido as três injustificadas. A Conselheira Carolline coloca que isso não é claro para todos os Conselheiros Ana, “desculpe falar, até por estar no gabinete não estou me utilizando de onde eu estou, mas eu acompanho, não tem como.” A Presidente Ana Lucia diz que tudo bem que você acompanha, não tem problema, quer ir no Ministério Público, pode ir na PGM, pode fazer essa pergunta, o mandato é do Conselheiro, o que nós tínhamos em relação ao governo era sim uma conversa entre o Conselho e isso veio lá da Secretária Ema, mudou de secretário, eu conversei e ele disse, vamos manter, o senhor pode, manter quem o senhor quiser, funcionava

dessa forma como veio do governo anterior, conversei com o Secretário Aldren, foi a mesma coisa, tenho registro em ata e tudo organizado, nenhuma vez eu disse para nenhum conselheiro, você vai ter que sair porque você não representa, de forma alguma, eles até dizem, eu não represento mais, então eu não vou ficar, as pessoas dizem, mas o mandato é seu, eu por mim eu não quero sair, e eu quero sair e não quero ficar, a menina que saiu do Ensino Superior, ela representava o Ensino Superior aqui em São José dos Pinhais e dava aula em Curitiba, ela disse: não, eu não quero ficar, até gostaria de ficar, correu atrás para ver se conseguia ficar aqui em São José dos Pinhais para ficar regulamentada mas não conseguiu e achou melhor.” A Conselheira Caroline pergunta: “Você não acha uma incoerência hoje uma pessoa representar algo que ele não faz parte e ainda tendo conselheiros do FUNDEB que gostariam de estar aqui, eu sei porque eu comecei nesse conselho que está, eu estava irregular e saí, que querem estar aqui, a gente sabe que tem lá e essas pessoas não podem, e lá diz, entre pares, então quer dizer, a palavra entre pares é entre pares do que? Entre pares de um conselho que um dia existiu, não é entre pares do Conselho existente? Eu não consigo entender isso.” A Presidente Ana Lucia coloca que gostaria de falar agora sem interrupções, e diz: “o Conselho do FUNDEB, ainda não saiu a nomeação do colegiado integral, o que estava nomeado para o exercício do começo era irregular, eu apresentei isso para o Secretário como Presidente Nacional do FUNDEB, por tanto, não podia ter eleição nenhuma, porque ele estava irregular.” A Conselheira Caroline diz: “mas foi arrumando, não foi?” A Presidente Ana Lucia responde: “mas ainda não saiu a nomeação, saindo o Decreto de nomeação, a gente pode até pensar, mas por enquanto mandato é dele, ele não está irregular, ele está nesse mandato e a situação do Rodrigo, pé uma situação em que Presidente do FUNDEB e Presidente do Conselho de Educação estão resolvendo, a gente está vendo a melhor forma possível para que se organize e venha as duas pessoas do FUNDEB, para isso que nós estamos, por isso que nós estamos nessa situação, mas é preciso colocar aqui dentro que a nomeação feita para o ano de 2023, lá no final do ano era um conselho irregular, porque não podia ter recondução nenhuma e tinham 12 pessoas reconduzidas.” A Conselheira Caroline coloca que este Decreto já foi mudado.” A Presidente Ana Lucia coloca que agora que está saindo a nomeação das pessoas que estão integrando o conselho, então não havia esse colegiado integral dizendo este é o Conselho realmente em funcionamento, “mas o que eu estou dizendo para é, nós sim estamos fazendo a melhor forma possível e negociando, conversando para que a gente consiga resolver essa situação, o Rodrigo quer permanecer no Conselho, o Anderson quis permanecer no Conselho, a Angela quis permanecer dentro do Conselho, a situação é a mesma, não muda.” A Conselheira Caroline diz que a situação do Anderson é diferente, “ele é indicado da Secretaria, não do segmento.” O Conselheiro Rodrigo pede a palavra e diz: “Eu não estou aqui para causar discórdia, transtorno, como eu não sou autoritário, eu não uso dos meus conhecimentos, quem me conhece sabe que eu tento

ser o mais correto possível, não é por conhecer ou não conhecer, então eu deixo uma sugestão para que ninguém se sinta obrigado a nada, e para que eu não me sinta coagido ou depois venha represálias, enfim, não dá para o Conselho solicitar para a PGM e remarcar para a próxima reunião a votação? é uma sugestão que eu deixo e aí não fica o dito pelo não dito, eu não quero sofrer represálias, pressão..” O Conselheiro Luiz interrompe e pergunta: “solicitar o que para a PGM?” O Conselheiro Rodrigo responde: “se o meu mandato está válido.” O Conselheiro Luiz coloca que já há resposta para isso, “quando veio um questionamento lá de trás, a Angela, o Anderson, é o mandato, a PGM já se posicionou a respeito, inclusive com documentos, não foi Ana? Ou estou enganado?” A Presidente Ana Lucia coloca que por escrito, na situação do Rodrigo não, “mas a gente faz na situação do Rodrigo, até porque eu quero fazer outro questionamento em relação a presença e faltas, com isso a gente fica regularizado. A Conselheira Clície pergunta: “Qual o impedimento do decreto sair?” A Presidente Ana Lucia responde: “Isso eu não posso te dizer, não depende de mim.” A Presidente Marilza diz que a reunião do FUNDEB vai ser na segunda feira no gabinete da prefeita as 09h30 da manhã e que não irá falar do Conselho do FUNDEB, mas o Conselho vai estar lá, disponível, aberto para todos que quiserem participar, “a situação do Rodrigo, a gente já conversou sobre isso, é o mandato, e já conversamos na reunião do FUNDEB que a gente tem as discordâncias em relação a isso, não é segredo para ninguém, a gente está regularizando o Conselho, pegamos um conselho bastante irregular nas indicações está dando trabalho para fazer essa mudança, estamos correndo atrás disso, essa semana falei com a Dra. Patrícia três vezes, a gente tem conversado bastante sobre isso, essa é uma parte, o FUNDEB está lá, vocês podem ir, são convidados a participar da reunião conosco, a situação do Rodrigo a gente vai precisar verificar, porque hoje ele não integra o Conselho que estará vigente a partir do Decreto, mas o Decreto não saiu ainda, saindo a gente vai fazer uma consulta com a PGM para verificar a situação, mas enquanto Conselho a gente já consultou, ligou, conversamos por escrito, já conversamos sobre isso e nesse momento o Rodrigo é o representante do FUNDEB.” O Conselheiro Rodrigo pergunta se é ele que está impedindo esse Decreto. A Presidente responde que não, o impedimento tem relação com o Decreto que saiu de forma irregular com algumas pessoas. A Presidente Ana Lucia coloca que o FUNDEB precisa estar regularizado também aí será feita a pergunta, mas a resposta que a já tem é a questão do mandato, “tivemos problemas também com o Conselho Nacional do FUNDEB, e só se exclui quando a pessoa realmente desiste, eu não posso chegar e..” A Conselheira Domingas coloca que isso foi colocado para os Conselheiros na época que só sairia quem quisesse mesmo, “foi até comentando, e se sair? se perder? foi dito que não.” A Presidente Ana Lucia diz: “exatamente! Então a gente suspende a eleição para consulta a PGM, em relação as minhas substituições a gente tem feito o encaminhamento com o Luiz que é o Secretário Geral, porque é isso que diz o regimento, até porque pelo regimento e pela lei,

quem tem ações é o Presidente e o Secretário, a Dra. Patrícia falou assim que o Vice Presidente só vai ter ação se você não estiver e se você o disponibilizar para isso, as ações principais são os dois, mas eu preciso sim ter um vice presidente, precisamos regularizar isso, é bem importante.” A Conselheira Rosiani pede para que seja dito quais as ações do vice Presidente, pois como ela é nova no Conselho, tem essa dúvida. A Presidente Ana Lucia responde que na lei é só substituir o Presidente nas ausências dele, não consta mais nada, “até posso encaminhar depois o Regimento onde tem lá a questão da substituição, e se outras pessoas quiserem se organizar para a vice Presidência não tem problema, claro que a gente vai tentar fazer já na próxima reunião, mas vamos esperar a resposta da PGM.” A Presidente Ana Lucia pergunta se todos concordam que se aguarde a análise e resposta da PGM para poder fazer a eleição. Ninguém se manifestou. A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que a situação do Rodrigo é uma ação que envolveu o Conselho do FUNDEB e o Conselho da Educação, “nós somos os responsáveis, ninguém mais, qualquer problema que tenha haver com a questão do Rodrigo, tem que vim para nós duas e para ninguém mais, nem para a Prefeita a gente foi levar e não vai levar essa situação, as Presidentes que vão resolver, a gente quer resolver da melhor forma possível para que fique bom para ambas as partes porque a gente não tem a intenção de ficar mexendo, é bem complicado receber uma acusação de que a gente está querendo tirar as pessoas do Conselho, as pessoas faltam, não justificam, e é eu que quero tirar do Conselho, isso é muito grave, porque eu não assumi a minha responsabilidade enquanto pessoa e cidadã, ou ela está dando um jeito de me tirar do Conselho, também não, isso não acontece também, as pessoas tem que pensar bem no que falam e as falas que saem por aí.” A Conselheira Carmen pergunta qual a previsão para a próxima reunião. A Presidente Ana Lucia coloca que é sempre na segunda quinta feira do mês e a da Câmara de Ensino Fundamental provavelmente será na próxima semana, mas que irá conversar com os Presidentes das Câmaras. A Conselheira Maristela pergunta o que vai ser estudado na próxima reunião da Câmara. A Presidente Ana Lucia coloca que primeiro vai ser estudado a recomposição e depois a Educação Integral. O Conselheiro Anderson pergunta: “segunda feira tem a reunião do FUNDEB, conforme o que for conversado lá se aguarda resposta da PGM ou o que for decidido em reunião?” A Presidente Marilza responde que tem que esperar sair o Decreto do Conselho do FUNDEB, porque aí vai regularizar toda a situação do FUNDEB, quando sair esse Decreto. O Conselheiro Anderson questiona se na próxima reunião já terá uma resposta, já vai ter o Decreto. A Presidente Ana Lucia coloca que mesmo tendo o Decreto, não derruba o mandato dele dentro do Conselho, por isso será feita a pergunta para análise da PGM. O Conselheiro Luiz coloca que o questionamento não é referente ao representante de fato, mas sim quanto ao mandato. A Presidente Ana Lucia confirma, “é isso que a gente tem ido atrás para conversar a questão do mandato dele.” Sem mais nada a ser

discutido a Presidente Ana Lucia agradece a todos e encerra a reunião colocando que a próxima será no dia 14 de setembro.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, lavrei a presente ata e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

Two handwritten signatures in blue ink. The first signature is larger and more complex, while the second is smaller and simpler.